

## POLICIAMENTO DEMOCRÁTICO: A NECESSIDADE DE PROFISSIONALIZAR A FORMAÇÃO DA POLÍCIA

PhD Tina Lorizzo – REFORMAR

O profissionalismo requer conhecimentos especializados num determinado campo. Precisamos, por exemplo, de médicos e de advogados para ajudar-nos a gerir riscos de saúde e conflitos. Mas que riscos confiamos à Polícia da República de Moçambique (PRM) para lidar com eles? Os agentes da PRM têm os conhecimentos necessários para fazê-lo? Sabem como manterem-se dentro dos limites da lei e das normas dos direitos humanos?

O artigo “Policiamento Democrático. Desafios de implementação em Moçambique. Uma análise detalhada da formação para a profissionalização” da minha autoria e de Vanja Petrovic, publicado no livro “Desafios para Moçambique 2022”, pretende trazer uma reflexão sobre a formação da PRM, olhando para desafios e oportunidades para melhorias.

O quadro teórico do Policiamento Democrático, criado pelo Prof. Lukas Muntingh da Universidade do Cabo Ocidental da África do Sul, afirma que o resultado final para o qual a polícia deve trabalhar é a sua legitimidade aos olhos da população. Entretanto, para a polícia e o seu policiamento ser legítimo, precisa-se de confiança.

A população deposita confiança numa polícia que é competente na realização de investigações, que cumpre com os resultados esperados (prender criminosos ou gerir situações de crise causadas por acidentes, motins, condições meteorológicas extremas, etc.), que trata todos de forma justa e que obedeça à lei.

Em 2014, por exemplo, 55% da população moçambicana estava insatisfeita com a provisão de segurança na Cidade de Maputo (Bertelsen & Chauque, 2015). Em KaMaxakeni e Nhlamankulu, 72% e 64%, respectivamente, avaliaram a prestação de segurança como “má” ou “muito má”. O inquérito Afrobarómetro 2021 constatou que mais de 16% da população não tinha confiança na PRM, enquanto 28% responderam com “apenas um pouco” e 17,5% disseram “um pouco” (Ipsos Mozambique, 2021).

O quadro teórico afirma, ainda mais, que chega-se à confiança através de algumas variáveis cujo respeito deve ser criado e ou reforçado.

As variáveis (de saída) são três: 1. Objectividade, 2. Responsividade e 3. Empatia. Será objectiva, responsiva e empática uma polícia que trate as pessoas de forma imparcial, sem preconceitos, e tome decisões ou tire conclusões que sejam razoáveis e racionais; uma polícia que saiba informar, reparar (restituir, compensar financeiramente, reabilitar e dar satisfação) e participar, respondendo às necessidades do público e das vítimas de crime e que saiba sentir e compreender a experiência do outro. À estas variáveis pode-se chegar se outras variáveis (de entrada) serem criadas e ou reforçadas. Estas são cinco e representadas pelo 1. Conhecimento, 2. Eficácia e eficiências, 3. Ética e responsabilidade, 4. Abordagem baseadas nos direitos humanos e 5. Agente da polícia como cidadão. Apenas criando e reforçando estas variáveis, a polícia pode chegar ao seu resultado final que é a legitimidade.

Para o artigo publicado, foi apenas utilizada a variável do conhecimento. A análise da bibliografia existente, na maior parte dos casos, estudos feitos por polícias e anedotas e observações recolhidas durante os seminários que a organização REFORMAR organizou durante o período 2019-2021 e que envolveram cerca de 200 agentes da PRM foram utilizadas.

A variável do conhecimento da PRM foi analisada a partir da formação que é dada nas três escolas da PRM: Escola Básica de Matalana, Escola de Sargentos de Nhamatanda (ESAPOL) e a Academia de Ciências Policiais (ACIPOL).

Para a Escola de Matalane, o requisito de entrada da 10.<sup>a</sup> classe, a selecção dos recrutas com base nas capacidades físicas e posição social, e não no conhecimento assim como a duração da formação de nove meses, que na prática, não é observada pois é frequentemente concluída em menos tempo, até em três meses, foram considerados como aspectos que necessitam de ser melhorados. Um ulterior elemento desafiador é a previsão do estágio de dois anos numa esquadra para completar a formação e ser formalmente admitido na PRM. Na prática, os estágios são frequentemente mais curtos do que dois anos e por vezes não são oferecidos. As razões, alegadamente, devem-se à escassez de recursos humanos e à necessidade de um destacamento rápido, que comprometem a formação básica. Em comparação, na vizinha África do Sul, o requisito para a entrada no programa básico é a 12.<sup>a</sup> classe e a duração do Programa de Aprendizagem para o Desenvolvimento da Polícia é de 24 meses, dos quais 12 meses são cumpridos na Academia e 12 meses numa esquadra de polícia.

O currículo da Escola de Matalane não está disponível ao público. No entanto, em 2016, Nuvunga *et al.* confirmaram a natureza militar do currículo de formação básica, com 91% (correspondente a 286 horas do total de 316 horas) do tempo atribuído a actividades paramilitares. Considerando que os

novos recrutas formados em Matalane são colocados em comunidades com poder de detenção sem mandado (*flagrante delicto*), devem ser levantadas questões sobre a adequação de um curso de nove meses (ou talvez até menos) enfatizando se os resultados paramilitares são realmente adequados, e se o objectivo é o profissionalismo, servir e proteger as pessoas, de acordo com as normas dos direitos humanos.

Como para a Escola de Matalane, pormenores sobre a formação e o currículo da ESAPOL e ACIPOL não estão publicamente disponíveis. Entretanto, não há dúvida que uma faculdade ou universidade de policiamento como a ACIPOL é considerada um passo importante na profissionalização da polícia, colocando a ênfase no conhecimento. Os trabalhos académicos do Tsucana, o novo Vice-Inspector-Geral da Polícia e antigo Vice-Reitor da ACIPOL, mostram que o foco da formação da ACIPOL é largamente teórico e que a abordagem pedagógica da Academia está a reproduzir uma “ideologia marcadamente repressiva e punitiva, não focando na capacidade reflexiva da Polícia em situações complexas, e sem a necessária atenção a questões como crianças em conflito com a lei, adolescência, drogas, discriminação social, género, etc.” (Tsucana, 2014). O mesmo Tsucana recomenda a necessidade de formação contínua dos agentes policiais, a fim de “contrariar abordagens, crenças e pontos de vista anteriores sobre policiamento e abrir novas formas de pensar e agir, em que todos os cidadãos, incluindo os agentes policiais, independentemente do seu estatuto social, sejam vistos como sujeitos de direitos e beneficiários de protecção policial.”

As lacunas do conhecimento são visíveis na acção diária dos agentes da PRM. As contínuas detenções e prisões ilegais são bons exemplos de violações assim como eventos de torturas e maus tratos. Os limites da formação abrem, também, caminhos à corrupção e à má qualidade das investigações policiais. O inquérito Afrobarómetro 2021, por exemplo, revelou que quase um em cada cinco inquiridos (22%) considerava todos os agentes da PRM, sem excepção, como corruptos, enquanto 25,7% considerava como tal “a maioria deles”, e 31,8% via “alguns deles” como corruptos

Obstáculos ao conhecimento da PRM são vistos em várias formas. As perguntas que não queriam calar, durante os seminários, eram se a sociedade moçambicana estaria suficientemente democratizada e democrática para ter um policiamento democrático e como criar uma instituição policial democrática onde não existem bases democráticas sólidas e onde persistem profundas desigualdades socioeconómicas. Os participantes dos seminários apontaram também para a pressão da opinião pública sobre a PRM. Referiram-se, especificamente, às expectativas da comunidade de que a Polícia deve ser “dura com o crime e os criminosos”. A retórica “dura contra o crime” vem frequentemente das elites políticas e é depois aceite pelo público (Chappell, 2020). Alterar esta narrativa exige uma abordagem de cima para baixo.

O compromisso político para profissionalizar a PRM tem sido repetidamente afirmado pelo actual Presidente, Filipe Nyusi. Entretanto, tal intenção não se traduziu em políticas e acções sustentadas. O orçamento limitado e em declínio para a Escola de Matalane é um exemplo da falta de investimento na profissionalização. As despesas de funcionamento da escola diminuíram quase para metade em sete anos. Orçamento para infra-estruturas, equipamento e contratação de peritos não foi recebido pela Escola de Matalane assim como pela ESAPOL desde 2016, ano em que foi criada. A ACIPOL recebeu uma dotação substancial para outras despesas, de cerca de 18 milhões de Meticais, em 2013, para cerca de 5 milhões de Meticais, em 2020. Embora isto possa indicar certos investimentos na qualidade da educação ACIPOL, não foi possível analisar a forma como este dinheiro foi gasto, na prática, por falta de informação pública. Também, o envolvimento da PRM no combate Al-Shabaab parece ter criado a necessidade mais imediata de incrementar o treino militar no período mais curto possível, desviando o foco sobre a formação profissional de uma polícia civil.

Um outro obstáculo é representado da não partilha pública de informações sobre o número de efectivos, localização das esquadras de Polícia e estatísticas sobre detenções. A PRM não tem um website e só estão disponíveis informações gerais sobre as funções, o mandato e a estrutura da Polícia no website do Ministério do Interior. Estes dados melhorariam o acesso à informação sobre desempenho, procedimentos, desafios e realizações da instituição.

Em comparação, o Serviço de Polícia Sul-Africano (SAPS) tem o seu próprio website, onde o público pode aceder a informações relacionadas com estatísticas criminais, planos e relatórios anuais, informações sobre esquadras de polícia em todo o País com os seus números de telefone e endereços assim como documentos jurídicos.

A falta de recursos materiais de trabalho, como meios de transporte ou equipamento essencial, foi também mencionada como um obstáculo debilitante. Enfim, mas não menos importante, o descontentamento com as condições de trabalho e mais particularmente com a remuneração e possibilidades limitadas de promoção foram também citadas como obstáculo à profissionalização da PRM.

Para profissionalizar-se, contudo, a PRM deve abraçar a ideia da Polícia como uma organização em constante aprendizagem e promovida pela liderança. Um compromisso com o conhecimento deve ser traduzido na prática, através da formulação de políticas, planos de acção e estratégias que devem ser implementadas, monitoradas e avaliadas. O orçamento deve ser adequado a toda a formação policial, com especial atenção para a Escola de Matalane, actualmente muito carente de apoio financeiro. O orçamento deveria também permitir melhores condições de trabalho para os

agentes da Polícia, melhores salários e equipamento adequado para poderem desempenhar eficazmente as suas funções.

A PRM precisaria de se tornar uma instituição mais aberta e transparente, disposta a partilhar os dados e conhecimentos existentes. Precisa de estar aberta à crítica e utilizar as provas recolhidas através da investigação para melhorar os processos e acções. Para alcançar a confiança dos Moçambicanos na PRM e ultimamente a sua legitimidade, o investimento na profissionalização da Polícia é necessário.